

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO:  
ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DOS PROGRAMAS DO  
GOVERNO FEDERAL**

**JULIANA LOTT**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO: ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS  
DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor (a) Micheli Virginia de Andrade Feital do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

## **RESUMO**

O Presente trabalho, "Os Desafios da Gestão: Estruturas Organizacionais dos Programas do Governo Federal", apresenta sobretudo, os benefícios e as dificuldades que a Escola Municipal Hilda Nunes dos Santos enfrenta ao colocar em prática os programas: Mais Educação, Escola Aberta e Atleta na Escola, ambos do Governo Federal. Analisando o Projeto Político Pedagógico da escola discutiremos o papel do gestor como um incentivador da participação dos professores, funcionários, estudantes e pais nos programas, sob o prisma da Gestão Democrática. Apresentamos a estrutura organizacional da escola, os vários programas desenvolvidos, suas dificuldades e a importância dos mesmos para a comunidade escolar.

Palavras-chave: Gestão Democrática na Escola, Educação Integral.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	05
2. A GESTÃO DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL .....	07
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
4. REFERÊNCIAS.....	11
5. ANEXO Projeto Político Pedagógico .....	12

## INTRODUÇÃO

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é muito importante para uma escola que busca a qualidade, pois é através deste instrumento que se tem a oportunidade de planejar coletivamente as demandas, estabelecer quais as metas e os objetivos que queremos alcançar.

Na escola Municipal Hilda Nunes dos Santos, a elaboração do PPP teve início em 2004. Como base para os trabalhos, partimos do embasamento legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9394/96 - com assessoria de Rita Durso, professora e especialista em currículo, que acompanhou todo o processo e sua elaboração até o ano de 2006.

Mesmo com a rotatividade dos funcionários, uma vez que a maioria deles trabalha através do regime de contrato ( Processo Simplificado de Servidores) para o período de um ano, o que impossibilita o vínculo desse profissional com a escola e o que dificulta na manutenção do PPP, temos a consciência que o Projeto Político Pedagógico é fundamental, pois ele passa a ser uma direção, um caminho para as ações da escola, sendo a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo.

Segundo J. C. Libâneo, (1988, P.42)

*“O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, norteador da vida escolar.”*

Os programas do Governo Federal são demandas apresentadas no PPP da escola. Programas esses que proporcionamos estudantes um maior tempo na escola, com atividades extra classe que nem sempre são de boa qualidade, o que nos impulsionou a escolher o tema para o nosso trabalho de conclusão do curso.

No momento a escola conta com os seguintes programas:

Mais Educação: programa do Governo Federal com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Oferece várias oficinas, tais como: Vôlei, informática, Horta Escolar e Letramento, atendendo um total de 150 estudantes diariamente, no contra turno de estudos.

Escola Aberta: programa do Governo Federal com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e diminuir os índices de violência, oferecendo várias

oficinas como: Artesanato, Esportes, Recreação, Horta Escolar e funciona nos finais de semana.

Atleta na Escola: programa do Governo Federal com o objetivo de formação esportiva escolar para estudantes na faixa etária de 12 a 17 anos.

Ao analisar os objetivos dos programas do Governo Federal, levando também em consideração a estrutura organizacional administrativa do PPP da escola e as necessidades da comunidade escolar, discutiremos sobre esses projetos, avaliando se os mesmos estão atendendo aos objetivos, finalidades e demandas apresentados no manual do MEC .

## **A GESTÃO DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL**

A Escola Municipal Hilda Nunes dos Santos atualmente atende a todo o Ensino Fundamental , do 1º ao 9º ano, ou seja 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo e a Educação Infantil, na faixa etária de 4 a 5 anos. Oferece também três projetos que são financiados pelo Governo Federal, tais como: O Mais Educação, Escola Aberta e Atleta na Escola.

O projeto Mais Educação, segundo a livro Passo a Passo da série Mais Educação do Ministério da Educação edição 2013, foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7.083/2010 e integra as ações do plano de desenvolvimento da educação – PDE. É uma estratégia de Governo Federal para fomentar a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral, com a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e outras áreas, as famílias e os diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola, com seus gestores, professores, estudantes e funcionários.

Por meio da educação integral, busca-se reconhecer as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Na Escola Hilda Nunes dos Santos o Programa Mais Educação tem início geralmente no mês de março de cada ano, e vem contribuindo cada vez mais com a formação dos estudantes, ampliando o tempo de efetivo trabalho escolar, estreitando a relação escola e comunidade, encurtando o tempo das crianças na rua.

Conta atualmente com quatro oficinas: letramento (auxilia os estudantes nas tarefas de casa), esporte (vôlei e futebol), informática e horta escolar. As oficinas são ofertadas aos estudantes no contra turno de estudo, com jornada ampliada em sete horas diárias e são realizadas poricineiros que, de preferência, tenham formação acadêmica. Infelizmente, na comunidade onde a escola Hilda Nunes dos Santos está inserida, não é possível conseguir oficineiros com tal formação, e ainda temos dificuldade em arrumar pessoas dispostas a ganhar uma ajuda de custo no valor de R\$80,00 (oitenta reais) mensais, por turma monitorada.

Os espaços para a realização das oficinas é outro desafio, uma vez que a escola não foi projetada para receber todos os dias 150 alunos a mais. Há um planejamento dos espaços, onde os mesmos são divididos entre os professores e os oficineiros.

Avaliamos que a materialidade para a realização das oficinas é suficiente, pois com a verba que o Governo Federal encaminha direto para a escola, é possível manter as oficinas e os materiais necessários para a efetivação das mesmas e até fazer alguns reparos e manutenção do prédio da escola.

O programa Escola Aberta, segundo o site do Ministério da Educação, é um programa que incentiva e apoia a abertura aos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre Escola e Comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar nos sábados e domingos, com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda, oferecidas aos estudantes e à população do entorno.

Para os moradores do Bairro Tupã, no município de Contagem, MG, o Programa Escola Aberta é de suma importância, uma vez que não há outro espaço público, nem mesmo uma praça, para as pessoas frequentarem nos finais de semana.

A escola fica aberta, aos sábados e domingos, de oito às dezesseis horas e desenvolve oficinas de esporte e artesanatos. A dificuldade encontrada neste programa é também, encontrar oficineiros para cumprir uma jornada de trabalho de oito horas de trabalho por final de semana e que tenha conhecimento compatível com suas atribuições e ainda dispostos a ganhar o valor da hora/oficina de, no mínimo de R\$ 4,00 (quatro reais) e no máximo R\$ 5,00 (cinco reais). Esse valor é calculado em horas, o que é diferente dos monitores que trabalham do Programa Mais Educação, onde a ajuda de custo é calculada por oficina.

O Programa de formação esportiva escolar Atleta na Escola, de acordo com o site do Ministério da Educação, tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas; democratizar o acesso ao esporte; desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica; estimular a formação do atleta escolar; identificar e orientar jovens talentos com foco nas olimpíadas e paraolimpíadas de 2016.

Infelizmente há uma enorme dificuldade em realizar esse programa na escola, pois a mesma só possui uma quadra de esporte e nenhum espaço adequado para a prática do atletismo, nem mesmo ruas asfaltadas no bairro para que os estudantes possam treinar as corridas.

Para a primeira eliminatória das escolas participantes do programa, tivemos a oportunidade de nos locomover para o Centro Esportivo da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) para treinarmos nossos estudantes na modalidade atletismo. Mas essa estratégia foi insuficiente, uma vez que o gasto com o transporte foi alto, e assim não foi possível intensificar os treinos. Por isso nossos alunos perderam nas primeiras eliminatórias. Mesmo assim avaliamos a importância de nossos alunos participarem desse projeto, uma vez que não teriam tais oportunidades se não fosse o programa.

Todos esses três programas são financiados pelo Governo Federal, que destina verbas específicas para cada modalidade. Essas verbas chegam para a escola com critérios bem definidos de destinação.

A prefeitura municipal, com objetivo de melhor organizar e implementar tais programas, disponibiliza um professor com jornada ampliada de trabalho, com duração de oito horas diárias, para ser o articulador dos projetos.

O Professor/articulador tem a função de: organizar os tempos ampliados, acompanhar o trabalho dos monitores, dialogar com a comunidade, organizar e implementar trabalhos de campo em praças, teatros, museus, cinemas.

O diretor da escola, juntamente com o articulador do projeto têm papel fundamental na execução desses programas, pois são eles que incentivam a participação dos professores, funcionários, estudantes e pais.

Cabe ao diretor escolar promover o debate da educação integral em reuniões pedagógicas, nas atividades com a comunidade, além de garantir a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas das atividades formativas do programa e garantir a transparência nas prestações de contas dos recursos recebidos.

Com esses três programas na escola ( MaisEducação, Escola Aberta e Atleta na Escola), tivemos que repensar a prática e os procedimentos, quanto a organização curricular, visando as concepções de aprendizagem, não apenas na permanência do estudante na instituição durante sete horas, mas na realização de atividades que possam reforçar e favorecer a aprendizagem, desenvolvendo as competências inerentes ao desenvolvimento do ser humano.

A implementação desses programas, com seus avanços e desafios, suscita na escola questionamentos, reflexões e novas práticas, acerca da necessidade da reorganização curricular, onde toda a estrutura vinculada a escola necessita de adaptações.

Para Paulo Freire,

Não será essa escola, de quatro e até três horas diárias, parada mais de três meses ao ano [...], escola perdida, toda ela, ou quase toda ela, no nervosismo imposto pelo cumprimento dos programas, feitos às vezes até revelando certa intimidade com problemas locais e regionais mas, cedo “verbalizados”, transformados assim em noções que se ditam e impõem aos educandos, que irá integrar esse educando academizado com as realidades [...]. Escola que, diminuída no seu tempo, está intimamente ligada à falsa concepção que temos de sua instrumentalidade [...] (FREIRE, 2002, p. 88).

Sendo assim, a educação integral, através dos três programas do Governo Federal, exige compromisso de todas as partes envolvidas, impõe um repensar

do projeto pedagógico, melhorana formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implementação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os Programas mencionados no presente texto tem como objetivo proporcionar aos estudantes um maior tempo na escola, com atividades extra classe, na perspectiva da Educação Integral.

A Escola Hilda Nunes dos Santos, quando procura trabalhar com tais programas, reafirma a ideia de que a educação deve desempenhar um papel imprescindível na formação humana e que a escola integral é importante para alunos de baixa renda e de comunidade com vulnerabilidade social. Além disso, tinha como objetivo oportunizar aos estudantes vivências culturais e esportivas que jamais teriam oportunidade se não fosse através da escola.

Para que os programas possam se desenvolver com mais eficiência, é necessário uma maior valorização dos oficinairos dos Programas Mais Educação e Escola Aberta, que recebem uma ajuda de custo de baixíssimo valor. Além de espaços físicos para acolher todos os alunos no contra turno. No Programa Atleta na Escola, que revela novos atletas, apesar das escolas possuírem quadra, há um longo caminho a percorrer na adequação dos espaços físicos e na ampliação de novas oportunidades de investir no desenvolvimento global do estudante.

Acreditamos que, Segundo GONÇALVES (2006, p.132) a educação de tempo integral não possibilita para a escola somente a ampliação do tempo, e sim do desenvolvimento integral do educando mediante um tempo não fragmentado...

Desse modo, o presente texto pretende desencadear um debate no interior da escola e com os demais agentes responsáveis pela execução dos programas federais e municipais, estimulando os professores, estudantes, gestores, pais e comunidade para a construção de novos olhares em relação aos desafios que a escola possui, para a efetivação da escola de tempo integral, na tentativa de melhor atender aos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (1º e 2º ciclos do ensino fundamental). v. 3. Brasília: MEC, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem. – Brasília, 2013. 66p. : il. – (Série Mais Educação)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Educação Integral/Educação Integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira- Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: estudo qualitativo. – Brasília,2014. 256p. :il. – (Série Mais Educação)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Educação integral: texto referência para o debate nacional. – Brasília, 2013. 52p. :il. – (Série Mais Educação)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Programa Mais Educação: passo a passo. – Brasília, 2013. 48p. : il. – (Série Mais Educação)

OLIVEIRA. Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira e Gianna Iepre Perim. Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática – Maringá, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação e Atualidade Brasileira, 1956. ROMÃO, Eustáquio (Org.).São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

GONÇALVES, Antônio Sergio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. In: cadernos Cenpec, 2, 2006, São Paulo.

VASCONCELOS, Celso dos s. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança-por uma práxis transformadora. 9ªed. São Paulo, 2008.

**ANEXO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL HILDA NUNES DOS SANTOS

CLÁUDIA MARCIA RIBEIRO  
JULIANA LOTT

BELO HORIZONTE, 2014

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

# ESCOLA MUNICIPAL HILDA NUNES DOS SANTOS

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Mariangela Terra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	8
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
2.1. Estrutura organizacional administrativa.....	12
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULO.....	16
3.1 Currículo Educação Infantil.....	16
3.2 Currículo Ensino Fundamental .....	18
4. TEMPOS ESCOLARES.....	20
5. AVALIAÇÃO .....	21
5.1 Avaliação Educação Infantil .....	21
5.5 Avaliação Ensino Fundamental .....	21
6.0 PROCESSOS DE DECISÃO.....	22
7.0 RELAÇÕES DE TRABALHO .....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERENCIAS .....	25

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Hilda Nunes dos Santos teve parecer favorável, nº 66/2004, para funcionamento do conselho Municipal de educação no dia 19 de agosto de 2004 autorizando o funcionamento da escola Hilda Nunes dos Santos para o Ensino Fundamental (1º, 2º e 3º ciclo). Está localizada a rua N, 157, bairro Tupã, Município de Contagem, estado de Minas Gerais, e-mail em.hilda.nunes@contagem.mg.gov.br, telefone (31) 39141024. A escola atende todo o Ensino Fundamental compreendendo o 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo. Além disso, pela falta de uma unidade de educação Infantil (CEMEI) no bairro, a escola também conta atualmente com turmas de educação Infantil de 4 a 5 anos.

Os estudantes são provenientes de duas regiões sendo uma pequena parcela vindos da região de Nova contagem e a maior parte dos estudantes são residentes no bairro Tupã, estas são regiões periféricas ocupadas irregularmente e com grande vulnerabilidade social. Os estudantes de Nova contagem têm acesso a escola através do transporte escolar oferecido pela prefeitura de Contagem.

A escola conta com os seguintes programas:

Mais Educação: programa do governo Federal com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, oferece várias modalidades como Vôlei, informática, horta escolar e Letramento atendendo a um total de 150 estudantes diariamente no contra turno.

Escola Aberta: programa do Governo federal com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e diminuir os índices de violência oferecendo várias modalidades como: artesanato, esportes, recreação, horta e funciona aos finais de semana.

A escola possui nove salas de aulas amplas, uma sala de artes, um laboratório de ciências, uma sala de informática, uma sala de Libras, duas salas de educação infantil, uma sala multiuso, biblioteca, uma área coberta para brinquedoteca, área com mesas pré-fabricadas para o uso diversos, uma quadra coberta, cozinha e refeitório. Há também uma horta grande e produtiva.

Na administração escolar: A escola possui 01 diretora, formada em pedagogia, 01 vice-diretora formado em Educação Física; 01 secretário com formação escolar em nível médio, 02 porteiro, um para cada turno, que possuem apenas o nível fundamental; 03 faxineiras com nível fundamental. 02 assistente

escolar. No apoio técnico: 03 pedagogas com formação escolar em nível superior, 02 assistentes de biblioteca com nível médio. No corpo docente têm, 12 professores PEB 1 formados em Pedagogia, regentes de turmas; 02 professores de artes; 01 professor de língua portuguesa; 01 professor de matemática; 01 professor de história; 01 professor de geografia; 01 professores de língua inglesa 01 professor de Ensino Religioso.

A construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) teve início em 2004. Como base para os trabalhos, partimos do embasamento legal, a LDB ( Lei nº 9394/96), que em seu art. 12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal sobre a responsabilidade da escola em elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art. 14:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes

Orientações que foram seguidas com a participação efetiva de todos os envolvidos, Com objetivo de destacar a descentralização da gestão, o fortalecimento da autonomia e a garantia da participação de todos, sobre este cenário iniciou-se a elaboração do PPP da Escola.

A sistematização e elaboração do PPP foram realizadas com assessoria de Rita Durso, especialista em currículo, que acompanhou o processo até o ano de 2006. Ano em que iniciou-se a estruturação da proposta curricular, formatada pelas intenções educativas, eixos temáticos, capacidades a serem desenvolvidas, conteúdos por disciplina, atividades, recursos e indicadores de avaliação.

A construção do PPP levou em consideração a realidade que circunda a Escola e as famílias dos estudantes, pois certamente, a realidade social dos estudantes afeta a vida escolar, os resultados das avaliações sistêmicas, os recursos humanos e as condições físicas, dados que contribuíram para orientar todo o mecanismo da escola, transformando-os em currículo, objeto de planejamento, potencial de aprendizagem e metas a serem alcançadas.

Com o objetivo de destacar a descentralização da gestão escolar criou-se o Conselho Escolar constituído desde Fevereiro/ 2004 com base na LDB 9394/96. O conselho Escolar tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, consultivo e normativo no referente a quaisquer assuntos relacionados à escola.

O conselho foi composto pelo diretor, pedagogo e por professores representantes de cada ciclo e fase de ensino, um servidor, um auxiliar, dois pais e dois estudantes maiores de 14 anos frequentes.

Entendemos que o PPP não é um documento pronto e acabado, seu processo de avaliação e reflexão será contínuo, realizado após cada atividade desenvolvida nos projetos, com a participação dos alunos, comunidade, direção, professores e equipe pedagógica.

O projeto político-pedagógico é fundamental, pois ele passa a ser uma direção, um caminho para as ações da escola. É a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo. Segundo J. C. Libâneo, (1988, P.42)

“o projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, norteador da vida escolar”

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

Educação é um dos processos de formação da pessoa humana. Processos através do qual as pessoas se inserem na sociedade, transformando-se e transformando a sua realidade.

A escola contemporânea é um lugar de convívio e legitimação de diversos saberes e fazeres considerando a socialização do conhecimento formal historicamente construído. Assim, a escola é um espaço de ampliação da experiência humana, que traz novos conhecimentos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. Sua função é promover crescimento e desenvolvimento humano, criando possibilidades para que os sujeitos socializem experiências, realizem aprendizagens e construam sua identidade numa perspectiva de pleno exercício da cidadania.

Entendemos que o homem é um ser sócio histórico, portanto social, capaz de produzir e suprir suas necessidades, produto e produtor das relações sociais estabelecidas em um dado momento histórico e a sociedade como a expressão das relações sociais produzidas ao longo da história, refletindo as contradições estabelecidas pelas relações de poder.

É através dessas contradições que são criados os conflitos que por sua vez, desencadeiam o processo de mudança permanente da realidade, na busca por condições mais justas e igualitárias. A sociedade que almejamos é entendida como um grupo que se constitui no universo das relações sociais baseadas no respeito à diversidade e aos princípios focados na dignidade humana, na justiça e valorização da vida.

A aprendizagem é entendida sob uma visão histórico-cultural que precede o desenvolvimento, assim o desenvolvimento humano é compreendido não como decorrência de fatores isolados que amadurecem nem tampouco de fatores ambientais, mas sim, através de relações recíprocas entre o indivíduo e o meio, cada aspecto influenciando sobre o outro. Nesta perspectiva, a aprendizagem ocorre nas atividades desenvolvidas coletivamente e dá-se necessariamente pela mediação de outras pessoas. Para Vygotsky, (2003, p. 115):

"[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam".

A aprendizagem não pode se limitar aos aspectos psicológicos como processos mentais. É preciso considerar também outros aspectos como os valores, interesses, experiências, culturas, escolhas, fins que encaminham internalizações físicas e mentais que proporcionem ao sujeito a tomada de consciência de si mesmo e do que acontece no seu entorno. Vale ressaltar, que cada pessoa possui suas especificidades.

Na trajetória em busca do saber acadêmico, o professor tem como principal função ser o mediador. Caberá ao mediador, administrar as possibilidades de

aprendizagem de cada estudante, ciente de que as condições assimilativas não se dão da mesma forma e no mesmo tempo para todos, respeitando as limitações, necessidades e interesses de cada estudante.

Outro fator relevante para aprendizagem escolar do nosso tempo, são as informações que surgem a cada momento, com o advento das novas tecnologias digitais que nos tornam, a todos, professores e alunos, eternos aprendentes, para poder adquirir diferentes competências ao lidar com novos conhecimentos. São esses saberes que estabelecem diferentes formas de aprendizagem, além daquelas que temos considerado há algum tempo, importantes e essenciais.

A avaliação é parte integrante do currículo, na medida em que a ele se incorpora como uma das etapas do processo pedagógico. O maior propósito em avaliar está em melhorar as ações futuras e, no caso da avaliação escolar, visa atingir determinados objetivos voltados à ampliação permanente de conhecimentos de professores e alunos. É necessário entender a avaliação como um processo amplo da aprendizagem que tem professores e alunos como corresponsáveis e estabelecer um sistema de avaliação diagnóstica qualitativa, que preze pelas especificidades do aluno, contemple a sua formação como cidadão e que sirva para ressignificar a prática educativa.

O processo de avaliação tem início quando o professor conhece melhor o estudante, sua forma de aprender, suas competências, interesses e técnicas de trabalho. Assim o professor, ao recolher informações contínuas e aliado a diversos procedimentos metodológicos, constata seu grau de aprendizagem em relação ao todo. Conhecer o aluno e adequar o processo de ensino aos que apresentarem dificuldades, bem como fazer uma análise sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e revê-los de acordo com o resultado obtido no processo de avaliação é fundamental.

Nesta perspectiva, a observação, o registro, as reflexões constantes sobre a importância do erro construtivo, o conselho participativo e a autoavaliação, são aspectos que formalizam o processo de construção da corresponsabilidade no processo educativo.

Os princípios que servem de modelo para o trabalho desenvolvido na escola estão de acordo com os princípios de Democracia da Constituição federal em seu artigo 206, bem como, com os princípios da educação determinados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu artigo 205. Contudo, é importante ressaltar que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e é no âmbito escolar que as questões relacionadas à violência e discriminação ganham espaço, trazendo consequências, por vezes, desastrosas para o bom andamento do processo educativo. Em virtude disso, a escola não pode se furtar em discutir questões como a exclusão, a injustiça e o individualismo.

Estas discussões, tem nos conduzido, ao entendimento de que o respeito pelas diferenças, é de todo modo, uma construção coletiva, e, em se tratando de convivência precisa ser cultivado por todos, em benefício de todos. Entretanto, é preciso que escola, permita que se expressem as diferenças e que sejam consideradas. É necessário construir os relacionamentos percebendo as diferenças de cada um, os seus anseios e limitações, desta forma, os alunos perceberão que “os conflitos são inerentes aos processos democráticos, são os que fazem avançar e, portanto, não devem ser ocultados ”(Brasil, 1998 : 66).

No que tange a promoção da socialização, as discussões em torno do PPP mostram a preocupação da comunidade com relação aos princípios de democracia e portanto, no que diz respeito a equidade de direitos, que não se restringe a garantia de acesso universal à escola. Ao enfatizar o respeito pelas diferenças e diversidade, a escola propõe o combate a todo tipo de discriminação, seja ela de cunho religioso, étnico, de gênero e cultural. Ainda que, represente para professores, pais, alunos e funcionários um grande desafio fazer da identidade cultural e social a base do currículo escolar, algumas ações apontam para a importância de tal aspecto, como por exemplo, a valorização da participação dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades escolares e, a atuação dos profissionais que lidam, diretamente com esses alunos, no planejamento curricular.

Estas e outras tantas iniciativas, são essenciais para a continuação de um movimento que mobiliza a comunidade em torno da necessidade em despertar e conscientizar jovens e crianças para a vivência de valores voltados para a ação solidária e para o respeito mútuo.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 2.1.Estrutura Organizacional Administrativa Administrativa

Na administração escolar: A escola possui 01 diretora, formada em pedagogia, 01 vice-diretor, formado em Educação Física; 01 secretário com formação escolar em nível médio, 02 porteiros, para cada turno, que possuem apenas o nível fundamental; 06 faxineiras com nível médio. No apoio técnico: A escola conta com 04 pedagogas com formação escolar em nível superior, 01 bibliotecária com nível superior, 01 assistente de biblioteca com nível médio. A escola possui o seguinte corpo docente 03 professores de química, sendo que apenas um possui formação em química; 03 professores de biologia; 03 professores de física, apenas um é formado em física; 03 professores de matemática; 03 professores de história; 03 professores de geografia; 02 professores de filosofia, um formado em história e o outro em administração; 02 professores de sociologia um formado em psicologia e outro formado em letras; 03 professores de língua portuguesa; 03 professores de língua inglesa.

No início do ano de 2009, foram matriculados 375 alunos no 1º ano dos três turnos; 325 no 2º ano também dos três turnos e 273 no 3º ano, totalizando 973 alunos devidamente matriculados. Os alunos de educação especial e do EJA já estão incluídos nesses dados. Estes dados foram obtidos na secretaria da escola.

É considerada uma escola de grande porte e dispõe de uma estrutura física que não atende completamente as reais necessidades da comunidade escolar como um todo, pois, a mesma deixa a desejar no que diz respeito às divisões dos ambientes e sua estética. No momento da sua construção foi omitido um pensamento futuro, quando se percebeu apenas as exigências momentâneas, desconsiderando as necessidades que porventura surgissem adiante. Assim sendo, foi necessário, no decorrer do tempo a utilização de duas salas para a Educação Infantil.

Outra dificuldade para desenvolvimento das atividades na escola é o espaço para as atividades físicas, a quadra fica sempre para o uso do professor de Educação Física e as atividades recreativas do Programa Mais Educação e Educação Infantil contam com o pátio descoberto, em dias de chuva não podem ser utilizados, restando aos estudantes a sala de aula.

Além das necessidades supracitadas, é importante ressaltar que também se enfrenta problemas com as salas de aula no que se refere à acústica (no pavilhão térreo), ventilação, iluminação, lousa, mobiliário e mobiliário. Outro agravante diz respeito a pouca acessibilidade, em toda a sua amplitude, para estudantes e funcionários com necessidades especiais.

É necessário a construção de um prédio para a Educação Infantil, em outro espaço do bairro, que garantiria melhor atendimento dos estudantes e uma estrutura adequada a faixa etária.

## 2.2 Estrutura organizacional Pedagógica

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com pedagogos e professores organizou em 2012 as discussões sobre a elaboração do documento de Expectativas de Aprendizagem. O documento foi elaborado de maneira coletiva, com a participação dos professores da rede e dos técnicos pedagógicos que atuavam nos Núcleos Regionais de Educação.

O documento tem como objetivo subsidiar o trabalho docente, não desconsiderando a autonomia da construção da Proposta Pedagógica Curricular e do Plano de Trabalho Docente, portanto, a Equipe Pedagógica, juntamente com os professores, após avaliação diagnóstica dos estudantes, definem quem, como, para quem e para que ensinar, bem como planejar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem a cada ano letivo.

A escola está organizada em Ciclo de Formação Humana, orientação que contempla a Rede Municipal de Ensino de Contagem. Organização respaldada pela Lei nº 9 394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). É uma proposta que busca a reformulação da estrutura escolar, a fim de torná-la maleável, com o tempo escolar mais flexível, mais longo e atento a diversidade e as especificidades dos estudantes.

Essa concepção é retomada, neste documento, com a mesma ênfase atribuída por Arroyo (1999, p.158):

“[...] A concepção de Ciclo é inseparável do avanço do direito a educação básica ou do direito ao pleno desenvolvimento de todos nós como seres humanos. Essa é a visão dominante na nova LDB (art. 2º e 22º) e essa é a visão que nos orienta a buscar um novo ordenamento, uma lógica estruturante do sistema escolar e da escola que de conta dessa concepção de educação básica universal. Nesse quadro de preocupações, Ciclo não é um amontoado ou conglomerado de séries, nem uma simples receita para facilitar o fluxo escolar, acabar com a reprovação e a retenção, não é uma sequência de ritmos de aprendizagem. É mais do que isso. É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano.”

As turmas são organizadas de forma heterogênea, com média de 35 alunos por turma. As turmas da Educação Infantil são divididas por períodos do 2º ao 3º e o Ensino Fundamental em ano/ciclo do 1º ao 9º ano. Da educação infantil ao 5º ano a turma dispõe de professores habilitados. Do 6º ao 9º ano, cada disciplina possui um professor especialista da área.

A interação do grupo de educadores se faz semanalmente através do módulo de uma hora, destinados ao planejamento da equipe, divididos por ano/ciclo, onde participam os professores e o pedagogo responsável pela turma.

A interação com o coletivo de educadores se faz de acordo com os dias escolares elencados no calendário a instituição, acontecem mensalmente através de um módulo de quatro horas, destinados a projetos e estudos coletivos, onde participam todos os professores, pedagogo e direção da escola, e sempre que se faz necessário, demais funcionários.

A escola trabalha com projetos de ensino, e estabelece parcerias com a comunidade. Acredita e apoia atividades criativas e educativas, como gincanas, eventos, proteção ao meio ambiente e incentivo a leitura dentre outros aspectos.

### 3. CURRÍCULO

#### 3.1 O currículo da Educação Infantil:

A proposta pedagógica da escola considera a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos a natureza e a sociedade, produzindo cultura. E está em consonância com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil e pelas Diretrizes da Secretária Municipal de educação de Contagem.

Segundo o Caderno de Currículo da Educação Infantil de Contagem (2010, p. 13), o currículo:

“É concebido como um conjunto de experiências culturais relacionadas aos saberes e conhecimentos, vividas numa instituição de Educação Infantil, na perspectiva da formação humana.”

Possibilita aos estudantes a vivência de experiências em dez campos: mundo natural, mundo social, linguagem escrita, matemática, cuidado e relações, brincar e brincadeiras e corpo e linguagem corporal.

Essas experiências são determinadas pelas especificidades do desenvolvimento e pelas necessidades e interesses das crianças. Essa relação se dá num determinado contexto, o que possibilita a formação humana nas suas diversas dimensões. Formação humana que é eixo do currículo proposto na Educação Infantil de Contagem e que acontece de forma intencional na escola.

Campos de experiências:

Mundo natural: Diz respeito aos fenômenos físicos, químicos e biológicos, com como ao meio ambiente e a sustentabilidade.

Música e Linguagem Musical: Diz respeito a aspectos relacionados à escuta e apreciação ao fazer musical aos movimentos e a dança.

Cuidado e Relações: Diz respeito a aspectos afetivos e socioculturais da formação humana. Trata do autoconhecimento, da auto-organização, do cuidado e do autocuidado, da relação entre o eu e o outro, bem como de aspectos filosóficos e éticos.

Matemática: trata dos aspectos relacionados à relações quantitativas, ao conceito de número, às grandezas e medidas, às formas e às orientações de espaço, tempo e ao tratamento da informação. Entrelaçando a Matemática com construção social e explorando seus diferentes usos e funções sociais.

Linguagem Escrita: Diz respeito à leitura, à escrita, à reflexão sobre a língua e à literatura, que é a expressão artística dessa linguagem. Sua aprendizagem ocorre por meio dos processos de alfabetização e letramento.

Arte e Linguagem Plástica e Visual: Diz respeito à Arte tratada em sua dupla dimensão de conhecimento que tem como eixos a apreciação, o fazer e o conhecimento sobre Arte e como linguagem, expressando-se por meio de diferentes linguagens, tais como a plástica e a visual.

Brincar e Brincadeiras: Diz respeito às vivências lúdicas experimentadas pelas crianças na instituição, tais como as brincadeiras em suas diversas formas, os jogos e, em especial, o faz-de-conta.

Mundo Social: Trata das vivências e acontecimentos sócios culturais que se desenvolvem no tempo e no espaço. Diz respeito às relações humanas, abrangendo as práticas sociais e o ambiente social, perpassando por questões como identidade, ética, cidadania e diversidade.

Corpo e Linguagem Corporal: diz respeito a aspectos relacionados ao corpo, com ênfase nos movimentos, na expressividade, nas sensações, na saúde e na sexualidade.

Linguagem Oral: Trata da linguagem oral como um sistema simbólico construído nas interações sociais, envolvendo a produção oral de diversos gêneros textuais, formais ou informais (fala), compreensão de textos enunciados pelo outro em vários contextos de uso (escuta), bem como a reflexão sobre a língua.

### 3.2 O Currículo do Ensino Fundamental

O currículo do Ensino fundamental é constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articulação entre vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

A proposta pedagógica da escola está em consonância com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil e pelas Diretrizes da Secretária Municipal de educação de Contagem.

O currículo é estruturado com base na matriz de Referência Curricular da Rede municipal de ensino de Contagem que são organizadas em áreas de conhecimento, distribuídas por ciclos, temáticas ou eixos; descritores que traduzem associação entre conteúdos desenvolvidos nas disciplinas, as competências cognitivas e as habilidades utilizadas pelos estudantes no processo de construção de conhecimento.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são organizados em relação às áreas de conhecimento:

#### I. Linguagem

##### a) Língua Portuguesa;

- b) Inglês;
- c) Arte;
- d) Educação Física;

## II. Ciências naturais e Matemática

- a) Ciências;
- b) Matemática;

## III. Ciências Humanas

- a) História;
- b) Geografia;
- c) Ensino Religioso.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento articulam com os conteúdos bem como a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual, conforme Art. 16 da Resolução nº 7 do Conselho nacional de Educação (CNE), de 14/12/2010. Juntamente com os temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

## 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário Escolar, a partir do ano civil, define os dias de trabalho necessários ao cumprimento do ano letivo e escolar. A elaboração do calendário conta com a participação do Conselho Escolar e é submetido á

aprovação da Assembleia Escolar e da Secretária Municipal de educação (SEDUC).

A proposta pedagógica da educação Infantil prevê condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos.

A organização dos tempos e espaços no ensino fundamental permite a utilização de formas diferenciadas de organizar a escola no que se refere à enturmação e aos diferentes agrupamentos para atender às necessidades dos estudantes, bem como a diversidade de matérias, os variados suportes literários, as atividades que mobilizam o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares, as atividades de reforço, e a articulação entre a escola e a comunidade.

## 5. AVALIAÇÃO

### 5.1 Avaliação Contínua na Educação Infantil

Na Educação infantil, a avaliação faz-se mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A escola possui um acompanhamento do trabalho pedagógico com registros diários para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou retenção.

## 5.2 Avaliação do Ensino Fundamental

A avaliação escolar ocorre de forma contínua e processual, de modo que seja possível identificar avanços, dificuldades e possibilidades dos estudantes, sem interrupções ao longo de seu processo de formação.

A avaliação dos estudantes é realizada pelos professores com o objetivo de dimensionar e redimensionar as ações pedagógicas, utilizando vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros.

## 6.0 PROCESSOS DE DECISÃO

É através dos princípios democráticos apontados na LDB que encontramos aporte legal para o processo de decisão na escola, pois nos assegura o

processo democrático, com a participação de todos os atores envolvidos no processo, o qual os alunos, os pais destes, os professores, o diretor e funcionários tenham voz e voto, podendo encaminhar discussões e decisões.

Entendemos que a Educação se apresenta como “direito de todos” segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205), Um direito que deve ser promovido e incentivado para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Seguindo e perseguindo os princípios de igualdade de condições, liberdade de aprendizagem, pluralismo de ideias e concepções, valorização dos profissionais da Educação, gestão democrática e por último, mais igual em importância, garantia do padrão de qualidade.

A gestão escolar democrática participativa é concebida como fator primeiro no processo de decisão na escola, auxilia na compreensão da cultura da instituição escolar e na articulação das relações sociais.

Portanto, a tomada de decisão na escola é entendida com a lógica da organização e participação nas relações e dinâmica escolar, tendo como fundamento a discussão dos mecanismos de participação, as finalidades da escola, bem como, a definição de metas e a tomada de decisão consciente e coletiva. Pensar a gestão escolar democrática participativa engloba também, “ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais das instituições educativas, objetivando-se alcançar mais autonomia” (BRASIL, 2005, p 46).

## 7.0 RELAÇÕES DE TRABALHO

Entende-se as relações numa perspectiva democrática em que o exercício da cidadania é dado fundamental e tem como pressuposto a compreensão de que

as relações de trabalho é ato do cotidiano do homem, integrando as inquietações do indivíduo.

Para Lucchesi (1997, p. 233-4), o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador.

“[...]Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição[ ...]

Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das microrelações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal.. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão.”

Para tanto, é necessário uma gestão que realmente invista na democratização das relações, enfatizando a participação, o diálogo, foco na função da escola e garantia do direito à educação aos estudantes, esses são requisitos essencial para prática democrática das relações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendimento que nosso Projeto Político Pedagógico construído com o coletivo na perspectiva de teorizar as práticas produzidas na escola. Isto é; tudo que é transmitido, e como, o que está implícito ou explícito na sala, no pátio, no corredor, refeitório, secretaria, por nossos educadores neste espaço de educação formal nos representa.

A forma como os conhecimentos são traduzidos, como e porque foram escolhidos, como são avaliados, quais entendimentos e criticidade são produzidos e com que finalidade, qual é a prioridade no tempo escolar; a aprendizagem real ou os conteúdos pré-determinados, o planejamento, não como mera formalidade a cumprir, mas como elemento de reavaliação permanente, como redimensionamento da prática pedagógica.

Práticas que revelam nossa caminhada e devem servir como instrumento de reavaliação permanente para o redimensionamento da prática no sentido de irmos materializando a meta comum pretendida e também como estímulo ao trabalho coletivo.

É um documento de grande necessidade dentro de uma escola, uma vez que ele dará suporte para um trabalho que precisa ser coletivo e por isso deverá ser construído com representantes de todas as categorias presentes na escola. Para que assim nenhuma delas sintam-se preterida perante as outras. Mas também que acima de tudo todos tenham a mesma responsabilidade.

Contudo é preciso deixar claro que nenhum PPP fará milagre e para isso antes de tudo a nossa escola precisa ter uma gestão verdadeiramente democrática, onde as decisões são discutidas coletivamente e respeitadas.

Portanto, o nosso Projeto Político Pedagógico é indispensável no processo educacional, pois a partir dele se ramificam demais ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil . Resolução 5 de 17 de dezembro, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Subsídios para diretrizes curriculares nacionais específicas da educação básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (1º e 2º ciclos do ensino fundamental). v. 3. Brasília: MEC, 1997.

CASTRO, Marta Luz Sisson de Castro (PUC-RS). A Gestão da Escola Básica: Conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal páginas 71 a 87. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acessado em 14 junho 2014.

Contagem. Caderno de Currículo da Educação Infantil de Contagem, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura – Contagem. 2010.

CURY, C. R. J. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) Gestão Democrática da Educação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001 (3ª edição).

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à educação. Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Texto disponível no ambiente do programa Escola de Gestores da Educação Básica. p. 01-24. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/> Acesso em: 13 mai. 2014.